

A viagem de um magistrado : Caetano da Costa Matoso a caminho de Minas Gerais em 1749

Laura de Mello e Souza
Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo analisa o documento 138 do *Código Costa Matoso*, o relato da viagem do ouvidor Caetano da Costa Matoso do Rio de Janeiro a Minas Gerais, realizada no princípio de 1749, como uma possibilidade para o estudo do processo de demarcação de fronteiras e viabilidade dos trajetos e do cotidiano nos caminhos, além de desvendar sensações e impressões do homem português diante da natureza e da paisagem da América portuguesa, comparando-o e relacionando com outros relatos da mesma natureza.

Abstract: The article analyses the document # 138 from the *Código Costa Matoso*. Such document reports the journey of Caetano da Costa Matoso, therefore the "ouvidor", from Rio de Janeiro to Minas Gerais in the early 1749. Meanwhile it makes possible further studies into the boundaries' settling process, the trails viability and into the common life along those paths, it also reveals the feelings and perceptions of a Portuguese man towards the landscape and the environment of the Portuguese-America, whereas in comparison to other reports on the same issue.

1. Viajantes em serviço

No princípio do ano de 1749, Caetano da Costa Matoso seguia para Minas Gerais a fim de assumir o cargo de ouvidor da comarca de Ouro Preto. Não cabe aqui falar da pessoa ou de sua atuação, o que foi feito com muito mais competência pelos editores do *Código Costa Matoso*, afinal publicado sob os auspícios da Fundação João Pinheiro. Como tema de reflexão, interessa-me a viagem do magistrado, um entre tantos outros funcionários portugueses que, em serviço nas colônias, deixaram registradas suas impressões¹.

¹ O relato da viagem se encontra às pp. 721-735 do *Código Costa Matoso*, edição coordenada por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1999.

As viagens de autoridades coloniais são uma fonte rica e interessante, a meu ver ainda pouco explorada. Desvendam múltiplos aspectos de nossa história, dos mais práticos e concretos, como a demarcação das fronteiras e a viabilidade dos trajetos, aos menos evidentes e precisos, como os sentimentos e sensações surgidos ante a insegurança e o imprevisível do dia-a-dia². Boa parte dessas viagens chegaram até nós na forma de relatos escritos por terceiros: secretários ou auxiliares diretos dos dignitários, como o que tomou nota da viagem às Minas feita por D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, conde de Assumar³.

Realizada trinta e dois anos antes da viagem de Costa Matoso, este seguiu trajeto diferente, subindo a serra do Mar por Parati e falhando três dias em São Paulo, onde tomou posse e proferiu um discurso eivado de ameaças veladas diante dos homens-bons locais, tidos, desde o episódio dos Emboabas (1707-1709), por vassallos rebeldes⁴. O relato difere também por dar grande atenção aos pousos; aos alimentos conseguidos a duras penas; às peripécias envolvendo as mulas de carga.

D. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, é outro dignitário que nos legou registros sobre a viagem basicamente fluvial que, em 1754, levou-o para governar Mato Grosso. Um desses documentos foi escrito por um colaborador direto, possivelmente secretário, e é profuso nas descrições das roupas com que se vestiam os membros da comitiva⁵. O outro é de autoria do próprio governador, e além dos detalhes sobre a forma dos pernoites, fornece uma quantidade de descrições sobre a fauna e a flora das regiões percorridas⁶.

Costa Matoso escreveu ele próprio o relato de sua viagem às Minas: documento comparável, na importância, a outros tantos do gênero, como os que se acaba de mencionar.

2. Um tratamento possível desses relatos de viagens encontra-se no meu capítulo "Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações" in Laura de Mello e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil - vol. 1 - Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 41-81.
3. "Diário da jornada que fez o exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas no ano de 1717", *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 3, pp. 295-316.
4. Laura de Mello e Souza, "Um documento inédito: o discurso de posse de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, como governador das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, em 1717" in *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. I, n. I, 1997, pp. 67-74.
5. "Relação da chegada que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em companhia do senhor D. Antonio Rolim desde o porto de Araraguaba até esta Vila Real do senhor Bom Jesus do Cuiabá", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 20, pp. 245-8.
6. "Relação da viagem que em 1757 (sic) fez o Exmo. Conde de Azambuja, saindo da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá, cópia de de uma que suponho original, havida de uma das famosas Bibliotecas nessa Corte", in Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo* (1802), Bahia Imprensa Oficial do Estado, 1935, pp. 45-90.

2. Um olhar fotográfico

As narrativas sobre as viagens de Assumar e Azambuja sugerem que o exagero é companheiro da surpresa – espécie de reação natural ante situações inusitadas. Iguarias de macaco e de formiga, estas comparadas à mais deliciosa manteiga de Flandres; aranhas aos milhares, despencando das árvores por sobre as canoas que levavam os viajantes podem ser tanto referências precisas a situações reais quanto o registro já deformado pelo impacto que o susto provocava sobre a memória.

Uma das características do relato que Costa Matoso escreveu é a predominância da contenção e da objetividade. Poucos adjetivos, nenhum excesso, raros momentos de admiração. Aqui estamos longe dos arroubos edenizadores dos séculos precedentes, ou das edenizações tardias que continuaram pontuando escritos variados ao longo do século XVIII – presentes, por exemplo, em relatos de sertanistas menores às voltas com a configuração da fronteira interna, ou em algumas mitologias célebres, como a dos Martírios, já às vésperas da Ilustração⁷.

Costa Matoso descreve, enumera, repete de forma quase monótona, pausando-se antes pelo pragmatismo do que pela fantasia. A cada novo dia – e foram 12 até o momento em que o texto se interrompe, nas cercanias de São João del Rei –, registra o horário da partida e o estado do tempo, quase sempre nublado ou chuvoso, pois a viagem se fazia na estação das águas. Quando qualifica, segue a tradição e recorre a lugares-comuns ou fórmulas muito correntes em outros escritos: “o denso dos matos”, “sumamente espessos”; “o elevado e grosso de muitas árvores”; a baía “matizada de ilhas”; o rio “caudaloso e sombrio”; o dia “fresco e excelente”; o caminho “afogado e melancólico”, ou, sem muita imaginação, “excelente e desafogado”. A cada aldeia – designação que usa para os arraiais incipientes com que vai topando pelo caminho, e reveladora do viés europeu que determinava seu olhar – conta as casas, anota se eram de barro ou pedra, de um pavimento ou assobradadas, de sapé ou telha, com ou sem ermida vizinha. Casas de pedra, de telhas e de dois andares valiam mais, para ele, do que as outras, evocando, sem dúvida, os padrões valorizados na Europa natal. Registra cada subida ou descida de morro, comentando haver, entre elas, “pouca ou nenhuma diferença”, e adotando uma

7. Desenvolvo estas idéias em texto inédito, “Imaginário e delimitação espacial”, que faz parte de trabalho mais amplo, ainda em fase de redação; ver também meu artigo “Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIIIe siècle” in Katia de Queiros Matoso, Idelette Muzart - Fonseca dos Santos e Denis Rolland (org.), *Naissance du Brésil Moderne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998, pp. 273-288. Para a edenização tardia, cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 2^a ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

cadência repetida que a admiração ante uma paisagem raras vezes interrompe. E quando o faz, obedece ao intuito de descrever com precisão e economia, banalizando-a:

“Vim entrando pelo que chamam campo, deixando já o caminho a que chamam do mato. É chamado campo por descoberto, a respeito do mato, e na verdade é caminho excelente e desafogado; é igualmente subindo e descendo morros, ainda que mais pequenos; são todos faltos de matos e cobertos igualmente de um feno de uns dois palmos, e somente pelas baixas e [pelas bordas?] deles há várias nódoas de mato a que chamam capões e capoeiras – capões são aquelas nódoas que ainda estão de mato virgem e capoeiras aquelas que ainda são mato, mas é mais pequeno por cortado e tornado a crescer há pouco tempo”⁸.

Este escrito seco e objetivo tem importância inestimável para o estudo da vida material no interior da América Portuguesa, mais precisamente ao longo do Caminho Novo, que Garcia Rodrigues Pais começara a abrir em 1702⁹. Mostra que, nas imediações da estrada, e também para atender às necessidades dos viajantes, erguiam-se moinhos de milho e de mandioca, fornecendo descrição detalhada de um destes equipamentos:

“deita-se o milho seco em uns vasos de pau que estão metidos à superfície da terra, sobre o qual caem uns pesados paus com duas chapas de ferro nas pontas movidos pelo engenho; aqui se quebra em pedaços o milho e lhe fica tirado aquele cascabulho de fora; daqui se tira, e peneira para se separar o mesmo cascabulho, e depois de tirado se lança assim quebrado em tinas de água, nas quais está de molho oito e nove dias; e depois disso o tornam a deitar nos mesmos vasos, em que se mói mais, mais ficando em [pastame?] mais grosso; e aqui se tira para uma grande caldeira de cobre feita em uma fornalha, onde se seca esta farinha e depois de seca fica servindo para se comer, e não serve para outra coisa”¹⁰.

A narrativa de Costa Matoso persegue o detalhe e o número, trazendo dados importantes sobre o estado em que se achavam os registros, os rendimentos que obtinham, os empregos que dele derivavam – de provedor, escrivão, soldados – e os salários pagos. Por intermédio do ouvidor sabe-se que Secretário, hoje próximo a Petrópolis, já tinha este nome em meados do século XVIII, quando era roça de propriedade de “um moço de boa presença, natural desta Corte [Lisboa] e filho de um secretário que foi muitos anos do Rio de Janeiro, que aqui principiou a roçar este sítio há vinte anos e dele adquiriu o nome...” Sabe-se ainda, contrariando autores nossos contemporâneos, que na

8. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 896.

9. Diogo de Vasconcellos, *História Antiga de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904, pp. 154 e segs

10. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 895.

beira do Caminho, a sete dias de viagem do Rio de Janeiro, havia um sítio chamado Juiz de Fora, trazendo subsídios novos e fundamentais para o melhor conhecimento da história desta cidade¹¹:

“É este sítio como os mais; tem uma casa de sobrado e suas acomodações para os mais passageiros, e é chamado do Juiz de Fora porque foi erigido por um Luís Fortes, juiz de fora que tinha sido no Rio de Janeiro, a quem, parece, criminarão por amizade com os franceses na ocasião em que ultimamente se apoderaram daquela cidade, e depois veio para este sítio, em que viveu.”¹²

3. O Caminho

A unir casas de barro, sapé, pedra ou telha; a subir e descer montes, corcoveando dos planaltos às escarpas para, logo adiante, lançar-se abruptamente em novos declives; a atravancar com atoleiros a marcha das bestas, sempre atrasadas com relação aos protagonistas da viagem estava o Caminho Novo, personagem central da narrativa de Costa Matoso.

Poucos documentos atestam, como este, a importância dos caminhos na vida colonial, marcada pelas distâncias enormes, pelo desconhecimento do território vasto, pela escassez de elementos capazes de orientar o viajante. Diante do inusitado da paisagem, da floresta húmida, escura e opressiva, o caminho era uma espécie de âncora, sobretudo aquele que, subindo a serra do Mar, seguia sempre direto até os Campos Gerais, estrada única “em forma que ainda os ignorantes dela a hão de acertar”. Digna de registro, a primeira “estrada diversa” surgira apenas no décimo primeiro dia de viagem, desenrolando-se à esquerda do Caminho Novo em direção à Vila de São José do Rio das Mortes.

Os caminhos articulavam a vida nas regiões interiores, permitindo a formação de ilhotas mais “civilizadas”. Ao longo deles foram-se estabelecendo roças e sítios que, com o tempo, passaram a levar os nomes dos primeiros povoadores: sítio do Frágoso, “de um João Frágoso que haverá 26 anos fez nele sua roça” ; sítio do Queiroz, “o qual tem este nome do seu edificador, assim como todos os mais sítios”. Muitos deles surgiram em função do tráfego: a rocinha do Azevedo tinha rancho para acomodação dos arrieiros; e o sítio de

11. Ver, por exemplo, Waldemar de Almeida Barbosa, *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, [s/e], 1971: O autor diz que, apesar de freqüentes documentos do século XVIII referirem-se à fazenda do Juiz de Fora, pesquisadores como Paulino de Oliveira, Lindolfo Gomes e Albino Esteves não conseguiram identificar que juiz seria este a dar nome à fazenda. Da fazenda, continua o autor, teria surgido apenas a denominação da cidade atual, pois a povoação de Santo Antônio do Paraibuna, que deu origem à cidade, não tem relação alguma com a fazenda. “Até 1836, não havia povoado algum, na margem direita do Paraibuna, onde depois surgiu o arraial” (p.254).

12. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 892.

Luís Ferreira, além das casas de morada, choupanas para o seu serviço e ermida, comportava “algumas poucas acomodações para passageiros”. Outros acabaram cedendo parte de suas terras para a instalação dos registros, como aconteceu no de Matias Barbosa, em função menos da generosidade do que do interesse:

“O dono dá de graça as casas desta fazenda para ele estar, pela grande conveniência que lhe faz o estar aqui, porque não passam cargas que aqui não parem e descarreguem, e por isso destinam a jornada a ficar neste sítio, e assim é certa a despesa e o lucro para o dono da fazenda”¹³.

Alguns dos homens estabelecidos no Caminho Novo e que de certa forma viviam em função dele tinham vínculos com Coimbra. Pedro Dias, filho de Garcia Rodrigues, havia estudado naquela universidade. O ouvidor não chegou a conhecê-lo, mas hospedou-se em sua casa, sendo, por ordens suas, acomodado com conforto. Em outra ocasião, encontrou dois contemporâneos dos tempos de Coimbra. Sabendo-o nas adjacências, esses dois homens foram esperá-lo na beira do Caminho, levando-o à casa onde viviam e tratando-o “com bizzarria, sentindo que eu não houvesse de ficar ali”. Depois, como era hábito nas viagens América Portuguesa adentro, os hospedeiros montaram a cavalo e acompanharam o viajante por um longo tempo, “até um alto distante, em que já não consenti eles passassem”. Curiosas regras de civilidade, respeitadas mesmo em condições pouco propícias a tal exercício¹⁴.

Costa Matoso percebeu com acuidade que o Caminho promovia e reforçava a condição social. Ao longo dele vicejou um grupo de potentados, que como tantos outros desempenhou o papel ambíguo próprio a tais homens na América Portuguesa: a descendência de Garcia Rodrigues Pais¹⁵.

Era ele o primogênito de Fernão Dias Pais e de sua mulher Maria Garcia Betim, e como escreveu Diogo de Vasconcellos, “foi o homem que ligou seu nome a toda a história de Minas nos primeiros tempos, desde a expedição de seu pai em 1674 até o ano de 1738, quando morreu aos 7 de março em São Paulo”¹⁶. Em 1701 já principiara a abertura do Caminho Novo, conforme relatava em carta ao rei D. Pedro II¹⁷. No ano seguinte, o monarca fazia-o

13. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 891.

14. Ver, a respeito, meu artigo “Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombos” in João José Reis e Flávio Gomes (org) - *Liberdade por um fio - história dos quilombos brasileiros*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 193-212.

15. Para o papel contraditório dos potentados, cf. o livro de Carla M. Junho Anastasia, *Vassallos rebeldes - violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII* - Belo Horizonte, Editora C/Arte, 1998, 152 p

16. Diogo de Vasconcellos, *História Antiga de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904, pp. 154

17. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomo III, São Paulo, Publicações Comemorativas sob o Alto Patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, [Livraria Martins Editora, 1953], p. 78.

Guarda-Mor das Minas. Em 1718, por remuneração aos serviços prestados, viria o favor responsável pela fixação definitiva dele e dos seus na região que ajudara a desbravar: a concessão de 4 sesmarias à sua pessoa e de mais uma a cada filho seu, todas a serem escolhidas ao longo da estrada – tamanha quantidade de terra, que acabaria largando “muita parte” para ficar só com a que bordejava o Caminho, “que é coisa imensa”, conforme julgou Costa Matoso.

Garcia Rodrigues parece ter sido potentado característico dos primeiros tempos das Minas: orgulhoso, proclamando-se independente mas, ao mesmo tempo, useiro de cortejar o poder. Costa Matoso registrou um seu comportamento que provavelmente ouviu dos contemporâneos: agraciado pelo rei com a guardamoria, não a quis aceitar, “dizendo, arrogantemente, que ele não queria que el-rei lhe fizesse mercê porque ele é que as queria fazer a el-rei”. A atitude foi vista pelo ouvidor como soberba própria a paulistas, estando então ainda vivos na memória os episódios da guerra emboaba, pródigos em insolências praticadas pelos habitantes de São Paulo: “e levado desta mesma elevação de paulista”, prossegue Costa Matoso, “deu a el-rei a passagem destes dois rios [Paraíba e Paraibuna], que no princípio mandava fazer pelos seus escravos sem emolumento e ofereceu a el-rei, dizendo que podia fazer nela um bom rendimento.” O colono plebeu que concede favores ao rei imita a ética própria à nobreza européia, assim incorporada em meio rústico e de sedimentação social ainda em curso¹⁸. A independência de Garcia Rodrigues não o impedia contudo de ir amiúde a Ribeirão do Carmo, “tendo voto sempre ouvido nas deliberações do governador D.Braz, de quem foi amigo”¹⁹.

Pedro Dias Pais Leme, ou simplesmente Pedro Dias, como escreve Costa Matoso, era o primogênito da união entre Garcia Rodrigues e D. Maria Antonia Pinheiro da Fonseca, sua prima. Quando o ouvidor passou pelo Caminho, era “o Guarda-Mor de todas as Minas”, pois sucedera ao pai, morto onze anos antes. Continuava agindo como potentado absoluto da região do Caminho Novo, onde era “senhor de duas léguas de terreno, pelo caminho que vim até a borda deste rio [Paraibuna], de cinco até Paraibuna, de mais duas até Três Irmãos, e sem medida pela largura, por ser tudo sertão, de que usa como lhe parece”.

Ao longo do Caminho, ainda tinham terras outros parentes de Garcia Rodrigues: o sogro, Alcaide-Mor do Rio de Janeiro, e que emprestara o nome

¹⁸. Não há como evitar a analogia com Gonçalo Mendes Ramires, o maior fidalgo de Portugal, que, informado da intenção de fazê-lo Marquês de Treixedo, assim reage: “Ainda não havia reis em Portugal, nem sequer Portugal, e já meus avós Ramires tinham solar em Treixedo! Eu aprovo os grandes dons entre os grandes fidalgos; mas cumpre aos mais antigos começarem. El-Rei tem uma quinta ao pé de Beja, creio eu, o Roncão. Pois diz tu a El-Rei que eu tenho imenso gosto em fazer, a ele, Marquês de Roncão”. Ver Eça de Queiroz, *A ilustre Casa de Ramires*, in *Obra Completa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, AS, 1997, 2^o vol., p. 453.

¹⁹. Diogo de Vasconcellos, *História Antiga de Minas Gerais*, p.154.

a uma das roças onde paravam os viajantes; o cunhado Manuel de Sá, casado com uma de suas irmãs; o juiz-de-fora do Rio, Luís Fortes, que vinha a ser irmão de Manuel de Sá; um membro da família do juiz-de-fora. Esta constelação é um exemplo das redes de famílias extensas típicas dos tempos antigos, e que, no caso, tinha por coluna dorsal o Caminho Novo das Minas.

4. O viajante

Costa Matoso difere de outros viajantes por quase não falar da natureza, ou fazê-lo de forma breve e lacônica. Seu olhar curioso capta instantâneos do que vê, privilegiando pessoas e situações concretas, anotando rendimentos e despesas da Coroa. Registra invariavelmente a rotina da jornada: as partidas sempre entre cinco e seis da manhã; as tardes quentes, impróprias para viajar, entrecortadas por relâmpagos, trovoadas e fortes pancadas de chuva; os cavalos e bestas patinando na lama, cedendo ao peso das cargas ou dos cavaleiros. Anota cada pouso por que passa ou onde pernoita, numa meticulosidade e aplicação de cartógrafo. Locomove-se com bússola, dando sempre a direção dos trajetos. Seu relato indica um homem prático, atento aos aspectos concretos da vida, nada afeito a divagações.

A mata virgem que cobria a serra do Mar e seguia por sobre a Mantiqueira para rarear nos Campos Gerais foi objeto da admiração de muitos viajantes, antes e depois do ouvidor. A ele, parece que só causou incômodo. As descrições das cavalgadas mata adentro soam claustrofóbicas:

“assim continuava sempre o caminho todo fechado de um e outro lado, e quando não era copado, ao menos era quase inacessível ao sol, e para se ver o céu se precisa de se levantar a cabeça na muita altura das árvores”²⁰.

Saudava os morros descobertos, apesar do calor apertar na ausência da cobertura vegetal densa:

“contudo vinha já com algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam mais ao longe os objetos da vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que em dez dias não via outra coisa senão o mato e árvores imediatas a mim”²¹.

Homem afeito a controlar a paisagem com os olhos, esquadrinhando as distâncias para melhor avaliá-las e estimar a duração das jornadas, Costa Matoso sente alívio quando a mata densa fica para trás:

²⁰. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 886.

²¹. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 895.

“Vim entrando pelo que chamam campo, deixando já o caminho a que chamam do mato; é chamado campo por descoberto a respeito do mato, e na verdade é caminho excelente e desafogado [...]. E assim dava este caminho lugar a alguma extensão de léguas na vista para a parte de oeste, que para a de leste ia sempre a vista em pouca distância dos mesmos matos a que aqui chamam os Gerais...”²²

Num indício curioso de que, naquela época, mesmo as mentalidades mais pragmáticas não ficavam a salvo de um ou outro apelo menos racional, Costa Matoso ostenta concepções geográficas de matiz ainda fantasiosa. A altíssima serra dos Órgãos, diz ele, principiava na capitania de Ilhéus, corria para o Rio de Janeiro, São Paulo, Laguna, Rio Grande, Maldonado, Montevideu e, cruzando o Rio da Prata, ganhava Buenos Aires para, já em domínios de Castela, “ir prender na célebre cordilheira do reino do Chile”.

Ainda imprecisa, mas de qualquer forma menos fantasiosa é sua obstinação em ver nascentes do Prata em muitos dos rios que vadeou, desde o rio das Mortes até os modestos regatos nas imediações do Paraibuna ou do Registro Velho. Se tais cogitações carecem de fundamento, mostram contudo que, nas suas divagações, Costa Matoso perseguia a idéia de um sistema hidrográfico. Mesmo quando abandonava um pouco o apego ao concreto, deixando-se embalar pelo ouvir-dizer e pelas tradições coevas, dando maior curso à imaginação, o ouvidor-viajante mantinha o apreço pelas idéias claras e apresentadas de forma organizada. Pouco afeito ao sonho ou ao devaneio, procurava ordená-los quando, por um momento, se deixava levar por eles.

Durante o período em que esteve à frente da Ouvidoria de Ouro Preto, Costa Matoso, viajante acidental, foi um ouvidor feroz e obstinado, coletando documentos preciosos para a história das Minas no século XVIII e promovendo devassas a torto e a direito. A pesquisa biográfica desenvolvida por Luciano Figueiredo, organizador da edição do *Códice*, indica que, pelo menos em duas circunstâncias – 1758 e 1773 – pediu e obteve licença – primeiro do Papa, depois da Real Mesa Censória – para ler livros proibidos. Indício de que, refratário às viagens concretas, seria contudo propenso às imaginárias.

22. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. p. 896.